



# Anais da Assembléia

Nº 54

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 16 DE MAIO DE 1990

ANO XVI

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 35.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 1990  
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Algaci Túlio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Duílio Genari, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Rubens Bueno, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert. (48). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Leônidas Chaves, Luiz Antonio Setti, Mário Pereira e Renato Adur (06).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Senhor Presidente, requeiro a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) A matéria já é vencida e na ocasião da votação Vossa Excelência poderá requerer chamada nominal.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, apenas para comunicar as presenças neste plenário dos Vereadores de Laranjeiras do Sul, Maria das Neves Rosa, Lineu Gomes, Osmar Palinski, Neoci Veronese e da Secretária da Câmara Geneci Kainer.

Muito obrigado, Senhor Presidente, pela oportunidade de poder citar a presença dos edis da Laranjeiras do Sul.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte.

## EXPEDIENTE:

### Indicação:

#### INDICAÇÃO

O Deputado que o presente subscreve, na qualidade de Líder da Bancada do PMDB, vem efetuar a indicação do Deputado Cândido Bastos para compor a Comissão Especial que visa acompanhar os assuntos referentes à prestação de serviços de saúde nos Hospitais de Antonina e Matinhos.

Sala das Sessões, em 16.05.90.

(a) CAÍTO QUINTANA  
Líder do PMDB

### Ato:

#### DECLARAÇÃO DA MESA

Senhores Deputados:

Tendo em vista comentários atribuindo a esta Assembléia, responsabilidade pela atual situação da Administração Estadual, esta Presidência informa à Casa ter enviado correspondência a todas as municipalidades, contendo os fatos reais sobre o processo orçamentário, e aproveita este momento para esclarecer que o Orçamento Programa Anual do Estado do Paraná, para o Exercício de 1990, foi regularmente apreciado por esta Casa e aprovado dentro do prazo legal, o qual convertido em lei tornou o n. 9.173, de 27.12.89.

Na ocasião, já prevendo uma inflação elevada, o Poder Legislativo introduziu um dispositivo nessa lei - o artigo 18 - permitindo ampla revisão do orçamento até o dia 30 de junho de 1990.

Essa previsão de inflação exacerbada se confirmou logo no início do ano o que motivou o Poder Executivo a, efetivamente, solicitar à Assembléia uma suplementação do Orçamento vigente, com a reestimativa da receita global para Cr\$ 95.988.689.993,00, bem como, autorização

para apropriar parte desses recursos como despesas de pagamento de pessoal e encargos da dívida estadual, no que se tornou a Lei n. 9.217, de 27 de março de 1990.

A conta dos saldos da reestimativa, prevista na Lei n. 9.217/90, o Poder Executivo, ainda solicitou novas suplementações para despesas correntes e de capital, enviando a esta Assembléia as Mensagens ns. 8, 10, 12, 13, 40, 42, 43, 46, 50, 54, 57, 60, 61, 66, 69, 70 e 71, entre 19 de fevereiro a 28 de março corrente; mas por não contemplarem tais pedidos a faculdade de revisão das dotações, estas deixaram de ter admissibilidade.

Finalmente, a 18 de abril último, o Poder Executivo, formalizou a aceitação do princípio da revisão constitucional do Orçamento, enviando à Assembléia a Mensagem n. 91/90, que passou a tramitar sob o Código Projeto de Lei n. 262/90, suplementando o Orçamento dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em Cr\$ 15.757.889,00; em 25 de abril recebeu a Mensagem n. 94/90, que está tramitando como Projeto de Lei n. 277/90, abrindo crédito suplementares para a Administração Indireta, no montante de Cr\$ 15.351.332.451,00 e matérias correlatas, as quais, no conjunto, concedem autorização ao Poder Executivo para suplementar o Orçamento de seus órgãos e entidades indiretas até o limite solicitado.

Duas outras mensagens suplementam recursos para pessoal e para vincular orçamentariamente a TV Educativa da Secretaria da Comunicação Social para a Secretaria da Cultura.

Tais projetos tiveram admissibilidade constitucional imediata e o "status" de matéria de tramitação em regime de urgência, com encurtamento de todos os prazos regimentais, para o quê a Assembléia foi transformada em Comissão Geral para se permitir sua apreciação em regime especial, mediante parecer exarado no próprio Plenário e votação imediata, o que ocorreu em primeira discussão, na sessão do dia 8 do corrente; também houve encurtamento do prazo de recebimento de emendas de segunda discussão, de dez para três dias úteis, que se venceram segunda-feira, dia 14. Os pareceres sobre as emendas também serão apresentados em Plenário para sua imediata votação, após o quê a matéria deverá seguir para sanção governamental ainda nesta semana.

Ainda, consultando o Balancete de Receita e Despesas do primeiro quadrimestre deste ano, verificamos que o Governo Estadual recolheu a diversos títulos o total de Cr\$ 25.386.268.000,00 e incorreu em Despesas totais de Cr\$ 25.524.565.000,00, realizando um déficit em regime de caixa de Cr\$ 138.297.000,00; observe-se que é um

déficit de 138 milhões de cruzeiros nos primeiros quatro meses do exercício de 1990.

Desta forma, fica claro que o Governo do Estado não foi obstado pela falta de autorização orçamentária; ele foi bloqueado pela falta de recursos efetivos, tanto que gastou, em rubricas como Pessoal, Despesas de Capital, Amortização da Dívida e outros custeios, a importância superior a 25 bilhões de cruzeiros no período. Mesmo realizando operações de crédito e antecipações da receita num percentual de 38% do total, o Governo ainda incorreu em déficit de caixa, isto é, gastou mais do que arrecadou, conforme provam documentos públicos da Administração Estadual.

Postos tais esclarecimentos, fica evidente que esta Assembléia se preocupou em dar andamento mais urgente possível ao processo legislativo, referente à revisão orçamentária do ano de 1990, consciente de sua responsabilidade constitucional para assegurar a boa marcha dos negócios públicos. Se houve desídia no assunto em tela, ela deve ser levada à responsabilidade de quem, à frente da Administração do Estado, não soube ou não quis adequar-se ao novo rito constitucional que dá ao Poder Legislativo as prerrogativas de autorizar as despesas públicas e fiscalizar-lhes cuidadosamente a aplicação, no interesse final da sociedade democrática.

Sala das Sessões, em 16.05.90.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO N° 1328-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de votação aos Projetos de Lei ns. 077/90, 220/90 e 277/90, constantes da Ordem do Dia de hoje em 2ª Discussão.

Sala das Sessões, em 16.05.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

##### REQUERIMENTO N° 1317

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n. 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3ª discussão

presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 16.05.90.

(a) ALGACI TÚLIO

##### REQUERIMENTO N° 1316

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência para discussão e votação do Projeto n. 289/90.

Sala das Sessões, em 16.05.90.

(a) VALDERI MENDES VILELA

#### REQUERIMENTO N° 1336

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, considerando que esta egrégia Casa de Leis, apreciou os Projetos de Lei ns. 77, 220 e 277/90, de autoria do Poder Executivo, todos referentes à revisão orçamentária, conforme dispõe a Resolução n. 17/67, que regulamenta a discussão e votação de matéria orçamentária, após ouvido o Plenário, respeitosamente requer dispensa de discussão e votação da redação final, para os projetos referidos, de acordo com o disposto pela resolução n. 112/86, uma vez que os mesmos não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 16.05.90.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

#### REQUERIMENTO N° 1335

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada da Ordem do Dia por 10 sessões do Projeto de Lei n° 406/90.

Sala das Sessões, em 16.05.90.

(a) ALGACI TÚLIO.

#### REQUERIMENTO N° 1331

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 49/90, por três sessões.

Sala das Sessões, em 16.05.90.

(a) HERMAS BRANDÃO.

#### REQUERIMENTO N° 1325

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei n° 16/90.

Sala das Sessões, em 16.05.90.

(a) LUCIANO PIZZATO.

#### REQUERIMENTO N° 1314

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto no artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, ouvido o Douto Plenário, a Constituição da Assembléia em

Comissão Geral de Plenário, para o próximo dia 17 de maio de 1990, durante a sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 188/89, de autoria deste Parlamentar, que assegura aos dependentes do policial civil e militar mortos em serviço, a percepção de um pecúlio, a ser pago pelo Estado, conforme justificativa apresentada.

Sala das Sessões, em 16.05.90.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR.

#### REQUERIMENTO N° 1329

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, à Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a liberação de recursos financeiros, na importância de Cr\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil cruzeiros) para fazer frente às despesas com a realização do I SEMINÁRIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO SUDOESTE, a realizar-se no próximo dia 02 de junho do corrente ano.

Sala das Sessões, em 16.05.90.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA.

#### JUSTIFICATIVA:

O evento objetiva estreitar o intercâmbio de informações entre a imprensa do Sudoeste e a do resto do Estado, integrando-se ao contexto estadual e vem sendo aguardado com grande expectativa, tanto em virtude da importância dos temas a serem abordados, quanto pelo elevado nível dos palestristas.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, ao promover e apoiar o acontecimento, emprestar-lhe-á certamente a circunspeção que ele merece e temos de que o documento final a ser então elaborado, servirá de subsídio a todos aqueles que trabalham com o poderoso instrumento capaz de mistificar ou desmistificar as massas, contribuir para a formação da opinião pública, de informar, de formar.

#### REQUERIMENTO N° 1319

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER À MESA, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, Dr. Gino Azzolini Neto, pedindo providências para que sejam pagas as referências de promoções dos servidores das escolas estaduais, conforme justifica.

Sala das Sessões, em 16.05.90.

(a) JOSÉ ALVES.

#### JUSTIFICATIVA:

Milhares de servidores estaduais, prestando serviços nas escolas estaduais, vêm perdendo parcelas de seus salários

desde agosto do ano próximo passado.

Pela Resolução nº 5.610, de 17/08/89, publicada no Diário Oficial do Estado do dia 24/08/89, esses servidores foram promovidos nos termos do art. 11, da Lei nº 7.424, de 17/12/80, com redação dada pela Lei nº 8.371, de 14/10/86, pelo critério de antiguidade, para referências condizentes com seus tempos de serviços no Estado.

A Constituição Estadual vigente, em seu art. 34, determina:

"São direitos dos servidores públicos, entre outros:

I - vencimento ou proventos não inferiores ao salário-mínimo;

.....

XXII - Promoção, observando-se rigorosamente os critérios de antiguidade e merecimento;"

Por esses dispositivos constitucionais, entende-se que o Governo do Estado não pode pagar menos que o salário-mínimo a seus servidores, e deve pagar também as referências de promoções a que os servidores têm direitos.

Acontece, porém, que os servidores estaduais das escolas públicas, em grande maioria, vêm percebendo apenas o salário-mínimo, e, quando não, pouco acima do salário-mínimo. Isso já desde outubro de 1988, para cumprimento do art. 7º, inciso VII da Constituição Federal, que garantiu a todos os trabalhadores um salário nunca inferior ao mínimo.

Quando a Secretaria de Estado da Administração publicou a Resolução nº 5.610, promovendo os servidores estaduais a partir de 1º de julho de 1989, a partir de agosto daquele ano vem ocorrendo o seguinte fato: os valores pecuniários das referências de promoção são absorvidos pelo valor do salário-mínimo pago a esses servidores. Isto é, o Governo do Estado paga o salário-mínimo e não paga os valores das referências de promoção.

O justo, o de direito, o consitucional é pagar o salário mínimo mais os valores pecuniários das promoções.

Em anexo, relaciono os pedidos feitos por 56 servidores estaduais já no ano de 1.989, sem nenhuma solução desses pedidos, nos termos em que foram requeridos. Desses 56, um grande número (39), os protocolados de nº 702.157 a 718.926, encontram-se na Divisão Jurídica de Recursos Humanos da Secretaria de Estado da Administração, desde outubro de 1989, sem nenhuma solução.

Dáí a razão deste requerimento, solicitando, por ofício desta Casa, ao Secretário de Estado da Administração providências nesse sentido.

RELAÇÃO DOS PEDIDOS DE PAGAMENTO DE PROMOÇÕES

PROTOCOLOS	Nº DO RG	NOMES
702.157	732.048	Aparecida M. Jesus de Souza
702.158	811.520	Rita Maria Lima
702.159	887.447	Altina Ana Darelli
702.160	888.648	Eugênia Batista de Martini
702.161	888.682	Ivanir Janelo de Campos
702.162	888.683	Irene Perozin Bravin
702.163	888.695	Aparecida Rigobello Sanches *
702.164	888.696	Maria Aparecida Andréa
702.165	888.701	Emília Ribeiro de Faria
702.166	888.732	Eunice Lisboa Tomé
702.167	888.803	Irma Malvero Camurci
702.168	888.907	Antônia Zapone Martinez
702.169	903.962	Nair de Oliveira da Silva
702.170	903.993	Iracema de Canini da Costa
702.171	903.997	Irma Dalbem Liberatti
702.172	904.026	Izelda Siste Rodrigues
702.173	904.114	Maria Augusta de Oliveira
702.174	904.146	Delfina de Jesus Thiago Cruz
702.175	964.160	Luzia Constantino Gravena
702.176	904.167	Durvalina de Oliveira Marinelli
702.177	1.174.113	Maria Eusa da Silva
702.178	1.169.474	Neusa de Fátima Graciliano
702.179	1.174.178	Aurora Zachelo Graciano
702.180	1.192.610	Zulmira de Jesus Neri
702.181	1.194.240	Maria Garcia Oliveira
702.185	1.018.240	Maria Rosa de Oliveira
702.186	1.024.023	Benedita Pereira F. Laureano
702.187	1.025.615	Elza Goes da Silva
702.187	1.027.544	Idalina Batista de Lima
702.189	1.284.999	Adalgisa Lemos Dantas
702.190	1.708.264	Antônia Izabel S. Furlan
702.379	904.053	Ida Burke Veczaki
702.380	888.654	Maria Penha Coelho
702.381	903.955	Itamá Guidini Limonta
702.382	649.261	Efigênia Celestino Xavier
718.925	906.969	Maura Nogueira Costa
718.924	1.207.887	Laura Soares Silva
718.923	1.128.460	Olécia Camilo Gomes
718.926	797.700	Elza Batista Viana
718.927	1.241.074	Lourdes Riva Trentin
718.928	636.757	Claudino Calsavara
718.929	636.766	Geni Costa Calsavara
718.930	665.211	Joana Alves de Faria
719.017	560.712	Leoni Fragozo de Souza
719.018	772.978	Margarida O. Cruzeta
719.019	835.533	Maria Ivone Ganz
719.021	940.490	Natália Nicco
719.022	1.002.195	Dacilha Terezinha do Nascimento
719.023	1.004.246	Doracy C. S. Kulisz
719.024	1.055.951	Irene Vivian
719.025	1.695.345	Neusa C. Lopes Cruzara
719.153	145.093	Catarina de Paula
719.103	417.999	Luzia Juski
719.105	664.200	Cecília Bizinelli
719.108	1.095.968	Maria Matilde Pereira
719.120	1.263.030	Luci Estela Coraiola

REQUERIMENTO Nº 1320

Senhor Presidente.

O Deputado que presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor FERNANDES SIGNORINI, ocorrido no dia 14 de maio, próximo passado, na cidade de Londrina.

Requer, outrossim que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada no seguinte endereço: Rua Ary Camargo de Queiroz, 65 - Apto. 1902, Edifício Fontana Dei Draghi, Centro Cívico, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 16.05.90.

(a) PIRAJÁ FERREIRA.

JUSTIFICATIVA:

No dia 14 de maio de 1.990, faleceu o Senhor Fernandes Signorini, genitor do Doutor Walter Senhorinho, Vice-Presidente do Banco do Estado do Paraná.

Tal passamento do justo esposo, pai e amigo, vem enlutar tradicional família,

deixando para seus entes queridos uma lacuna difícil de ser preenchida entre aqueles que tiveram a felicidade de seu convívio, por onde passou.

E hoje entristecidos, desejamos endereçar à família Signorini, voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos possa confortar.

## REQUERIMENTO N° 1307

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve propõe a Casa, ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Alcides Ramos, sargento da Polícia Militar onde serviu por mais de trinta anos, tendo sido delegado de Polícia em Balsa Nova, onde se destacou por seu equilíbrio, espírito humanitário e senso de dever.

Requer ainda que, da manifestação desta Casa, seja dado conhecimento à comunidade de Balsa Nova, na pessoa do Prefeito, Sr. Vitório Seguro.

Sala das Sessões, em 16.05.90.

(a) ANIBAL KHURY.

## REQUERIMENTO N° 1313

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no regimento interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja inserido na Ata dos trabalhos da presente sessão, votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do município de Ribeirão Claro, ocorrido em 13.05 do corrente ano, desejando àquele povo trabalhador e seus dirigentes, felicidades, e que dentro dos princípios de direito prossiga em seus trabalhos até alcançar a paz e prosperidade desejada.

Do presente requer, se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores do município apontado.

Sala das Sessões, em 16.05.90.

(a) VALDERI MENDES VILELA

## REQUERIMENTO N° 1312

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no regimento interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja inserido na Ata dos trabalhos da presente sessão, votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do município de Uraí, ocorrido em 05.05 do corrente ano, desejando àquele povo trabalhador e seus dirigentes, felicidades, e que dentro dos princípios de

direito prossiga em seus trabalhos até alcançar a paz e prosperidade desejada.

Do presente requer, se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores do município apontado.

Sala das Sessões, em 16.05.90.

(a) VALDERI MENDES VILELA

## REQUERIMENTO N° 1311

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no regimento interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja inserido na Ata dos trabalhos da presente sessão, votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do município de Jaguariaíva, ocorrido em 05.05 do corrente ano, desejando àquele povo trabalhador e seus dirigentes, felicidades, e que dentro dos princípios de direito prossiga em seus trabalhos até alcançar a paz e prosperidade desejada.

Do presente requer, se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores do município apontado.

Sala das Sessões, em 16.05.90.

(a) VALDERI MENDES VILELA

## REQUERIMENTO N° 1310

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no regimento interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja inserido na Ata dos trabalhos da presente sessão, votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do município de Primeiro de Maio, ocorrido em 01.05 do corrente ano, desejando àquele povo trabalhador e seus dirigentes, felicidades, e que dentro dos princípios de direito prossiga em seus trabalhos até alcançar a paz e prosperidade desejada.

Do presente requer, se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores do município apontado.

Sala das Sessões, em 16.05.90.

(a) VALDERI MENDES VILELA

## REQUERIMENTO N° 1309

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no regimento interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja inserido na Ata dos trabalhos da pre-

sente sessão, votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do município de Assaí, ocorrido em 01.05 do corrente ano, desejando àquele povo trabalhador e seus dirigentes, felicidades, e que dentro dos princípios de direito prossiga em seus trabalhos até alcançar a paz e prosperidade desejada.

Do presente requer, se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores do município apontado.

Sala das Sessões, em 16.05.90.

(a) VALDERI MENDES VILELA

#### REQUERIMENTO N° 1306

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, propõe a Casa a inserção em Ata de um voto de congratulação ao economista Luiz Antônio Fayet, por sua escolha para a Diretoria de Crédito Rural do Banco do Brasil.

A eleição do paranaense Luiz Antônio Fayet é um prestigiamento ao Paraná e a sua designação para a recriada Carteira de Crédito Rural, extinta há pouco mais de um ano, uma confirmação do interesse do novo Governo para com a agropecuária, retomando a histórica missão de apoio do Banco do Brasil à produção rural deste País; ambos os motivos justificando plenamente o registro que ora propomos.

Sala das Sessões, em 16.05.90.

(a) ANIBAL KHURY

#### REQUERIMENTO N° 1324

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, sugerindo a realização de estudos, por parte da Secretaria do Estado da Administração, no sentido da criação do cargo de Museólogo no Quadro Geral do Estado.

Sala das Sessões, em 16.05.90.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

#### JUSTIFICATIVA:

A profissão de Museólogo já está regulamentada por Lei Federal, cuja observância vem sendo defendida pelo Conselho Regional de Museologia - 5ª Região no território paranaense. Para o provimento e o exercício de cargos e funções técnicas de Museologia na Administração Pública Direta e Indireta e nas Empresas Privadas é obrigatória a condição de museólogo. No âmbito da administração estadual existem os museus, sem contudo, existirem os cargos para o exercício dessas funções, o que vem sendo feito por pessoal ocupante do cargo de Técnico em Assuntos Culturais. A criação de cargos específicos para desempenho de funções na administração pública é providência salutar para o andamento dos ser-

viços e valorização dos recursos humanos.

#### REQUERIMENTO N° 1308

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e parlamentares, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, para que se cumpra a ampliação da rede de prontos socorros e oferta de leitos hospitalares às comunidades de Curitiba e Região Metropolitana, de sensíveis defasagens.

Sala das Sessões, em 16.05.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

#### JUSTIFICATIVA:

É sensível, nesta guarda, as defasagens proporcionadas pela oferta de atendimento de prontos socorros e leitos hospitalares às populações de Curitiba e Região Metropolitana, em detrimento até, à crescente atenção que, em muitas situações, têm-se dado a enfermos das cidades do interior de nosso Estado.

É providente que, desde logo, essa Secretaria, se empenhe à organização de um Programa que viabilize o incremento das ações de Governo nesse setor de transcendente interesse social.

#### REQUERIMENTO N° 1315

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio ao Diretor Geral do DER - Departamento de Estradas de Rodagem, Senhor Rubens Gabardo, pedido de informações sobre as razões da demora do conserto da Ponte danificada de ligação asfáltica dentre Bituruna-Guarapuava, bem como os critérios adotados para a contratação da Empresa, visando a recuperação da ponte.

Sala das Sessões, em 16.05.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO.

#### REQUERIMENTO N° 1321

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso das suas atribuições constitucionais e nos termos do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, no sentido de que a Secretaria da Saúde Pública envie à Assembléia Legislativa cópia integral e autêntica de todas as peças que compõem as tomadas de preços n° 19/90, e 22/90, realizadas pela Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha.

Sala das Sessões, em 16.05.90.

(a) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

No exercício do poder fiscalizatório, cabe à Assembléia Legislativa inteirar-se

dos atos e ações da administração estadual relacionados com licitações que envolvam a aplicação de recursos públicos para a construção de prédios e aquisição de equipamentos para neles serem instalados, o que está ocorrendo com as tomadas de preços objeto do presente requerimento.

## REQUERIMENTO N° 1333

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Sr. Secretário de Estado da Fazenda, em aditamento ao pedido de informações por nós encaminhado em 15 de maio de 1990, para que sejam respondidos também os seguintes quesitos.

1. Qual o valor total das Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Paraná emitidas durante o Governo Álvaro Dias?

2. Do Valor mencionado no item anterior, qual o montante de Letras Financeiras do Tesouro já resgatadas?

3. Para a emissão dessas letras, foi ouvida a Comissão de que trata o art. 3°, da Lei n° 8212/85?

Em caso de resposta afirmativa ao último quesito, requeremos, outrossim, nos seja encaminhada cópia autenticada das atas das reuniões em que foram autorizadas as operações.

Sala das Sessões, em 16.05.90.

(a) HERMAS BRANDÃO

## Projetos de Lei:

## PROJETO DE LEI N° 307/90

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado "ad referendum" de plebiscito, o Município de GUAMIRANGA, desmembrado do Município de Imbituva.

Sala das Sessões, em 16.05.90.

(a) ERONDY SILVÉRIO

## JUSTIFICATIVA:

Segundo os resultados oficiais pelos órgãos da estatística, tanto estadual como federal, os índices de progresso que se verifica na região, revelam-nos uma área em fase de franco progresso.

Sem dúvida Guamiranga, pela sua situação geo-econômica nos habilitam a pleitear sua condição de município.

O seu desenvolvimento revela-nos dos mais promissores, destacando-se no setor agrícola e industrial.

Nestas condições, e tendo em vista que a criação do município muito significará para sua população, para a região e o próprio Estado, é que apresentamos o projeto neste sentido.

## PROJETO DE LEI N° 308/90

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1° - É assegurado a familiares de pessoas falecidas no território paranaense o direito a livre escolha de organização funerária sediada em outro Estado ou em município diferente daquele da morte, desde que o sepultamento não ocorra neste.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.05.90.

(a) EZEQUIAS LOSSO

## JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei tem por objetivo evitar situações constrangedoras que familiares de pessoas falecidas têm passado. Em alguns municípios, formara-se monopólios de cartéis que se avocam no direito de procederem o sepultamento mesmo que os interessados tenham contratado os serviços de agência funerária do local do sepultamento.

Em decorrência, apoiados por autoridades públicas, inclusive estaduais, exercem à coação ferindo o princípio da livre escolha, consagrado na Carta Magna Brasileira.

## PROJETO DE LEI N° 309/90

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Olívio Zanella.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.05.90.

(a) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

## JUSTIFICATIVA:

O Sr. Olívio Zanella por quase três décadas foi Engenheiro do DER do nosso Estado, chegou no Sudoeste do Paraná em 1960, para trabalhar na cidade de Pato Branco. De 1967 a 1970, exerceu as funções de Engenheiro Fiscal do DER na construção da rodovia Três Pinheiros - Pato Branco, sendo em seguida alçado às funções de Engenheiro Auxiliar daquele Distrito Rodoviário, posteriormente exerceu vários cargos dentre os quais os de: Diretor Geral do DER, Superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina e Superintendente da EMOPAR.

No Sudoeste do nosso Estado, o Sr. Olívio Zanella teve uma atuação de destaque, marcados por seu dinamismo e competência, sempre ajudando a levar o progresso à região, tendo trabalhado no asfaltamento de grande parte das estradas que ligam o Sudoeste às demais regiões do nosso Estado, perfazendo um total de mais de 1.500 km.



Portanto, nada mais justo do que reconhecermos os serviços prestados por este ilustre cidadão paranaense, oferecendo-lhe neste momento um título de Cidadania Honorrária do nosso Estado.

PROJETO DE LEI N° 310/90  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de utilidade pública o "MOVIMENTO DE DEFESA DOS FAVELADOS", com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.05.90.

(a) MÁRIO PEREIRA.

PROJETO DE LEI N° 311/90  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de utilidade pública o "Ação Social e Educacional Batalhão Quadrangular", com sede e foro na cidade de Reserva.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.05.90.

(a) NAMIR PIACENTINI.

JUSTIFICATIVA:

De acordo com os estatutos a referida entidade, sua finalidade essencial é a de atender a toda a população, através de métodos cristãos sem qualquer distinção de cor, sexo, profissão, credo político ou religioso, por meio de atendimento médico-hospitalar, odontológico, alimentar e habitacional; combater ao vício de cigarro, drogas e álcool, através de palestras, conferências, campanhas e apoio a outras entidades. Faz parte ainda, de suas prioridades, a doação de agasalhos e medicamentos, concessão de bolsa de estudos, materiais escolares, promoção de campanhas de saúde, criação de creches e berçários, bem como apoio integral a todas as atividades sociais.

Considerando-se o acima exposto, apresentamos o presente projeto de lei para apreciação deste Plenário e esperamos poder contar com o apoio dos nobres Pares para sua posterior aprovação.

PROJETO DE LEI N° 312/90  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica instituído o auxílio-natalidade especial, a ser concedido pelo Estado à família que apresentar ocorrência de gestação múltipla, com número de

nascimento superior a dois.

§ 1° - O auxílio-natalidade especial será concedido durante três anos consecutivos e corresponderá, por filho, a meio Piso Nacional de Salário ou seu equivalente substituto, vigente à época do pagamento.

§ 2° - O pagamento do auxílio-natalidade especial, excluída qualquer concomitância com benefícios que tenham idêntico fundamento, retroagirá à data do requerimento protocolizado no órgão competente, uma vez atendidas todas as exigências legais, tendo legitimidade, para dar quitação, aquele que detiver o pátrio poder ou a guarda definitiva dos menores.

Art. 2° - O auxílio-natalidade especial de que trata esta lei é devido somente a famílias de baixa renda e que comprove domicílio mínimo de um ano no Estado do Paraná, na forma do regulamento a ser baixado no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 3° - É de cinco anos, a contar da data de nascimento das crianças, o prazo para que o interessado exerça o direito de pedir ao Estado o pagamento do auxílio-natalidade especial.

Art. 4° - O Poder Executivo garantirá vagas, em seus estabelecimentos de ensino, às crianças nascidas nas condições do art. 1°, até a conclusão do 2° grau, respeitado o disposto no art. 2°.

Art. 5° - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial para ocorrer às despesas decorrentes da presente lei até o limite necessário, observando o disposto na Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964.

Sala das Sessões, em 16.05.90.

(a) NAMIR PIACENTINI.

Apoiamento: ALGACI TÚLIO e VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

É notório o quanto pesam no orçamento familiar as despesas com um só filho. Logicamente, esse orçamento será profundamente onerado na hipótese de ocorrência de gestação múltipla com número de nascimentos superior a dois. E o quadro mais ainda se agrava, se existirem em outros indivíduos economicamente dependentes dos pais das crianças.

Assim, imperioso é que o Estado adote medidas que socorram os que vierem a se encontrar nas condições mencionadas, não só com o objetivo de minorar as dificuldades financeiras emergentes de tal situação, como também para evitar o surgimento de "pivetes", desnutridos e revoltados contra o mundo adulto, sem outra alternativa diferente da marginalidade.

Propõe-se a concessão do auxílio durante três anos consecutivos, sem que estes representem os três primeiros anos de vida dos filhos havidos nas circunstâncias



do art. 1º do projeto, para permitir aos que não têm fácil acesso à informação a possibilidade de saldarem compromissos financeiros decorrentes do súbito aumento de suas despesas.

Quanto ao prazo decadencial de cinco anos para a apresentação do requerimento, justifica-se em face do argumento retro-mencionado.

Finalizando, ressalte-se que, em vista da raridade da ocorrência de gestações múltiplas, com nascimentos superiores a dois, o orçamento estadual não sofrerá significativo comprometimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Haroldo Ferreira.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Preocupado com esta onda de denúncias na imprensa paranaense a Assembléia Legislativa, é que venho neste momento a esta tribuna, porque estamos vendo diariamente na imprensa escrita, falada e televisiva do Paraná, denúncias do Poder Executivo sobre o Poder Legislativo, de que todo o impasse e o caos administrativo do Estado se deve à falta de atuação da Assembléia Legislativa.

Como Parlamentar e como defensor das prerrogativas e, acima de tudo, do Poder Legislativo, não enquanto defensor dos nobres Pares desta Casa, mas como defensor do Poder Legislativo é que gostaria de fazer uma reflexão ao Senhor Presidente e aos Senhores Deputados neste momento.

Nós sabemos que o Orçamento, a revisão orçamentária está recebendo suas emendas. E sei também que apenas um terço dos Deputados desta Casa apresentaram emendas à revisão orçamentária, em torno de mais ou menos 300 emendas.

Sabemos que existem áreas importantes, como áreas da educação, da saúde que receberam pouquíssimas emendas ou nem mesmo as receberam, mas sabemos também que mais de 80% destas emendas são de caráter meramente assistencialistas, o que é, sem dúvida nenhuma, um direito do Deputado e do Parlamentar de se preocupar com as entidades que prestam assistência social em nosso Estado.

Por outro lado, nós sabemos e repito, que o Governo do Estado alega que ele não cumpre seus compromissos em função do atraso da Assembléia Legislativa de aprovar esta revisão orçamentária.

E esta, na verdade, é que é a grande mentira. Porque o Estado não cumpre com seus compromissos é porque, na verdade, não tem recursos financeiros. E eu tive a

oportunidade de ver e assistir hoje pela manhã ao nobre Deputado Caíto Quintana, Líder do Governo e do PMDB, no "BOM DIA PARANÁ", dizendo, e aí, lamentavelmente, como Parlamentar desta Casa, que o Governo não cumpre seus compromissos porque o Orçamento não é aprovado nesta Casa: o que não é verdade, nobre Deputado Caíto Quintana.

O Governo não cumpre os seus compromissos com empreiteiros, com os hospitais, com os fornecedores, não por culpa da Assembléia Legislativa, é porque ele não detém recursos financeiros, porque a sua Receita hoje é baixa, porque o trabalho na área da arrecadação pela Secretaria de Estado deste atual Governo, se demonstrou incompetente para arrecadar os recursos necessários para o cumprimento dos compromissos do Governo.

Assim como nós sabemos também que esta iniciativa do Executivo de cada vez mais denegrir a imagem do Legislativo não contribui para com o processo democrático nem no Paraná e muito menos no nosso País.

É por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que gostaria de fazer uma proposta de que nós, assim como se fez a nível de Governo Federal, e principalmente para os meus companheiros do PSDB, aprovarmos o Orçamento do Executivo, aprovarmos, inclusive, sem emendas. E nós vamos ser claros nos próximos dias e vamos vivenciar que o Governo do Estado vai continuar não cumprindo com os seus compromissos, porque na verdade, ele não os cumpre, não em função da não aprovação do Orçamento, mas sim, pelo descalabro financeiro, pelo caos financeiro, pelo qual passa o atual Governo.

Então eu sugiro aos companheiros do PSDB, mais aos demais Deputados desta Casa, inclusive, da Bancada do PMDB, que vamos dar um voto de confiança ao Poder Legislativo, vamos defender o Poder Legislativo, aprovando integralmente o Orçamento do Estado e veremos na próxima semana, nos próximos quinze dias, infelizmente, que como ele não detém recursos financeiros, da mesma forma não cumprirá com os seus compromissos com a sociedade paranaense, só que daí, não poderá jogar as responsabilidades em cima do Poder Legislativo.

Era isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa anuncia a presença do Vereador Lúcio De Marque de Toledo, com muita satisfação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, também para anunciar Senhor Presidente, a presença neste

Plenário, do Vereador Osdival Gomes da Costa, do Município de Guarapuava, que vem acompanhar a votação em Redação Final, da votação da nossa Unicentro.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra no Grande Expediente ao Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONEILLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, demais participantes do nosso trabalho Legislativo, desta quarta-feira.

Hoje, neste Grande Expediente, quero trazer como preocupação, como reflexão e como tributação analítica deste Parlamentar algo novo, supostamente novo, que estaria ocorrendo no nosso País.

Faz sessenta dias, que nós temos um Governo, um Governante eleito diretamente pelo voto direto, novo Presidente.

Faz sessenta dias, que nós temos um novo pacote econômico em vigor, e esse Parlamento tem dado pouca atenção ao meu ver, ao que está ocorrendo no País, a nova política, e aos rumos que os novos Governantes pretendem dar à economia do nosso País.

Nós nos preocupamos com a devida responsabilidade, muito mais naqueles momentos em que, o Governante usando os seus porta-vozes do Globo Repórter, procurou atingir os interesses do Poder Legislativo, neste momento, nós Parlamentares Paranaenses, nos pronunciamos, mas nós temos que analisar todo o Governo Collor, todo o plano econômico do Governo Collor e nos posicionarmos, porque o nosso posicionamento contrário ou favorável, ele pode influir no rumo que esse plano econômico que esse Governo terá que traçar de ora em diante.

E, digo, que qualquer pessoa, minimamente bem informada sobre a realidade brasileira, ela tem nesse momento, bons motivos para estar preocupada, com o que está ocorrendo no nosso País. A fantasia do plano Collor, deu lugar a um realismo cada dia, mais presente na opinião pública brasileira. A inflação famosa que o Governo tentou esconder, está presente cada vez mais no dia a dia da vida dos trabalhadores, que são a maioria da população brasileira.

Ela está presente na vida das donas de casa. E, basta uma simples visita a uma feira, e daí é fácil constatar que aquilo que o governo tenta esconder está sendo uma mentirinha, porque, dia a dia, a inflação está presente e continua subindo.

Na verdade, esta posição de avestruz assumida pelo governo, que insiste em negar uma realidade que todo o brasileiro sente no próprio bolso, não é nova. Outros

Governos usaram da mesma tática, para arrochar salários e para impor uma condição condenável para a maioria dos brasileiros. A verdadeira novidade que o Governo Collor, parece disposto a levar até as últimas consequências é a idéia de iludir os descamisados, sustentados por uma poderosa máquina de convencimento a seu serviço, que é a Rede Globo, mas o País collorido mostrado pelas telas não corresponde com a realidade que a Nação vive.

De quanto foi a inflação de abril?

Oficialmente ela não existe. Mas, não existe porque o Governo se nega em quantificá-la. E todos os institutos de pesquisas deste País, sejam eles ligados às instituições de ensino, entidades patronais ou de sindicatos, como é o caso do DIEESE, demonstraram em seus levantamentos, que a inflação não foi vencida. Ao contrário, ela está presente, e ameaçando disparar novamente. Enquanto se observa a reação dos preços, os salários permanecem congelados. E congelados em desvantagem, pois nem sequer as perdas anteriores ao Plano foram repostas.

Para fugir à realidade, o Governo Collor recorre a uma velha tática, largamente usada por Delfim Neto e pelos governos militares, que é a de promover expurgo na contabilização do índice oficial da inflação. Mas, como bom farsante que é o novo Governo que aí está, ele tenta maquiagem os instrumentos emprestados dos governos autoritários. Agora, não fala mais em expurgo. Fala em dessazonalização, o que na verdade define o próprio procedimento. Em dois meses o Plano Collor conquistou alguns feitos que merecem ser destacados.

Primeiro: Imposto é o maior confisco salarial já sofrido pelos nossos assalariados. Em nenhum momento houve um confisco salarial tão grande e tão arrochante quanto este imposto pelo Plano Collor. Além do expurgo da inflação de março, que foi de 84,32%, pré-fixação para abril, um índice zero de inflação, sendo desmentido por todos os fatos. Para maio, esse índice que deveria ter sido divulgado ontem, não deverá ir além dos 3%. Com isto, as perdas salariais, a cada mês que passa, vão se ampliando. O próprio salário mínimo teve um reajuste ridículo de 3% apenas.

Então, este, Senhor Presidente e Senhores Deputados, foi um plano que impôs o maior arrocho salarial para todos os assalariados deste País: sejam do campo privado, sejam do serviço público.

Segundo ponto: este Plano atentou contra um direito elementar, impedindo de forma autoritária, o julgamento de dissídios coletivos pelo prazo de 5 meses.

Vejam, depois de impor um brutal arrocho salarial, o Governo Collor tomou mais uma decisão autoritária e inconstitucional.

nal, contra os princípios da nossa Lei Maior, manietando a Justiça do Trabalho e adiando pelo prazo de 150 dias qualquer julgamento de dissídios, até mesmo a proibição dos saques do Fundo de Garantia, foi tomada e depois revogada.

Por isso, o Governador Collor deixa os trabalhadores sem nenhuma alternativa de luta, para tentar, na Justiça do Trabalho, recompor este grande volume de perdas, no seu salário.

Terceiro ponto a considerar é a recessão crescente, deixando milhares e milhares de trabalhadores desempregados.

Além de ter fracassado no seu objetivo principal, que era o de acabar com a inflação, o Plano Collor produziu uma profunda recessão, particularmente em alguns setores essenciais da Economia. A consequência disso foi o desemprego em massa.

Insistindo em escamotear a realidade, só agora o Governo, através do seu ridículo Ministro do Trabalho, começa a admitir que os índices de desemprego são preocupantes.

Quarto ponto a avaliar: Senhor Presidente, Senhores Deputados, foi a humilhação que foi imposta aos nossos aposentados, pois hoje, ser aposentado neste País, é uma tragédia.

Se não bastasse isso, o governo fez de tudo para complicar a vida desta tão sofrida parcela da população brasileira. O prazo para a conversão dos cruzados retidos para cruzeiros, foi curto, o que provocou sacrifícios desumanos para os nossos aposentados, que tiveram que se sujeitar a humilhação de ficar horas e horas em filas intermináveis para recuperar a sua Economia que estava aplicada, na Poupança, que servia para complementar o seu valor de aposentadoria, que é insignificante para a sobrevivência de qualquer família de nossos aposentados.

Outro ponto que nos chama a atenção: é a convivência deste Governo com as irregularidades que ocorreram e que continuam ocorrendo, na conversão de cruzados para cruzeiros.

De repente, a imprensa nacional divulga que o Governo se deu conta que as grandes empresas liberaram todo o seu dinheiro, retido pelo Banco Central, através dos mais diversos artifícios. Apenas os pequenos e médios poupadores continuam com suas economias retidas!

As ameaças tardias de punição aos infratores, não encobrem, de maneira nenhuma e não poderá encobrir a convivência desse Governo com as irregularidades praticadas pelos grupos vultosos e principalmente pelos grupos que são apadrinhados desse Governo.

Outro ponto que nós temos que analisar nesses dois meses de Governo Collor, é a

perfeita submissão desse Governo ao Fundo Monetário Internacional e a entrega quase de graça das nossas estatais. O caráter entreguista desse plano e desse Governo fica cada dia mais claro para todos nós. Os entendimentos mantidos com o Fundo Monetário Internacional pressupõe medidas que já estão sendo tomadas, como a entrega das estatais ao capital externo; as estatais já começaram a ser rifadas sem qualquer critério e sem qualquer participação do Congresso Nacional e da sociedade organizada.

A única coisa que o Governo definiu como certa é que serão priorizadas as estatais lucrativas. Nada mais hipócrita. O Governo quer cortar o "déficit" entregando de bandeja para a iniciativa privada as empresas que dão lucro.

Como se isso fosse melhorar o nosso déficit público! Vai piorar. Porque se vai entregar as lucrativas e vai ficar com as deficitárias, obviamente que o nosso déficit aumentará, porque até agora umas davam lucro, outras davam prejuízo, uma compensava a outra. Agora, ele privatiza as lucrativas e continua mantendo as deficitárias. Como ele vai sanear o "déficit" público dessa maneira?

Por isso é que a medida é hipócrita.

Outra questão que tem de ser analisada com a profundidade que tem é o desmonte provocado desse Governo da máquina administrativa. O Presidente está fazendo escoras. O mesmo desmonte da máquina administrativa que ele tenta impor, que agora também vem sendo copiado aqui no Paraná pelo Governador Álvaro Dias, sob o pomposo nome de Reforma Administrativa. As semelhanças estão no fato de que os dois, tanto Collor, quanto Álvaro desejam simplesmente desmantelar os serviços públicos sob o falso argumento de torná-los mais eficientes. Sob esse argumento o Collor sugere o corte indiscriminado de Servidores.

A irracionalidade dessa medida fica clara quando consideramos a determinação do Governo de que faça o corte de 30% do quadro de pessoal, só das Universidades, por exemplo. Vale lembrar que nos últimos dez anos, as nossas universidades estiveram proibidas de realizar novas contratações. Com isso, as vagas abertas com aposentadoria e a morte de Professores e de Servidores não foram preenchidas.

Essas restrições geraram distorções gravíssimas. É o caso, por exemplo, do nosso Hospital de Clínicas aqui do Paraná, o maior do nosso Estado, que assiste mensalmente a mais de 50 mil paranaenses. Para suprir as suas deficiências de pessoal, ao longo desses anos, o nosso Hospital das Clínicas contratou, via Fundação, cerca de 1.400 servidores. Se ela agora tiver que

cortar esse pessoal, o que ocorrerá? O hospital simplesmente terá que fechar, ou então reduzir drasticamente os seus serviços, o que redundaria em prejuízo incalculável para toda a população do Paraná.

Este Senhor Presidente e Senhores Deputados, é apenas um exemplo que serve para mostrar que tanto o Collor, quanto o Álvaro Dias não têm compromisso em sua Reforma Administrativa em melhorar os nossos Serviços Públicos, como nesse caso exemplificado, é o caso da Saúde. Tudo é feito para gerar impacto.

Ao prometer o corte de 360 mil Funcionários Públicos, o Governo quer ganhar é manchetes em todos os jornais. Mas aqui nesse parlamento, vale nos perguntar: em que o povo brasileiro será beneficiado? O que o Governo gasta com o pessoal nós temos a certeza que é uma quizerinha perto dos gastos, por exemplo o que o Governo tem hoje com a Dívida Externa, injustificada, e lá não se toma nenhuma medida; se toma medida na demissão dos Servidores Públicos, que não vai abalar em nada as nossas finanças, as finanças públicas do País.

Por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, nós não viemos aqui e aqui não estamos para continuar alimentando ilusões. O Plano Collor está seguindo exatamente o caminho previsto, pretende implantar neste País um novo modelo, um modelo de acumulação capitalista, aonde alguns monopólios vão monopolizar ainda mais à custa do empobrecimento dos trabalhadores, dos setores empresariais médios, dos Servidores Públicos; esses é que pagarão a conta de meia dúzia de brasileiros ou de grupos econômicos estrangeiros, que terão todas as regalias, todo o apoio.

Portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, de olho aberto, temos que estar em alerta, porque esse novo Governo e esse novo plano significa arrumar a vida de meia dúzia de descamisados que vivem o ano todo contabilizando as suas economias ao redor das piscinas famosas e nos hotéis cinco estrelas do mundo. Esses são os descamisados e os pés descalços do Governo Collor. Era isso Senhor Presidente, Senhores Deputados. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Horário das Lideranças:

PDS com a palavra.

(Declina).

PDC com a palavra.

(Declina).

PDT com a palavra.

(Declina).

PFL com a palavra.

(Declina).

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, pela Ordem o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o PDT não pretende usar horário da Liderança, mas quer fazer um apelo à Bancada do PDT para que os demais Parlamentares que colocaram no orçamento emendas, para que retirem essas emendas a fim de que nós possamos votar imediatamente esse orçamento; porque se forem aprovadas algumas emendas, vai para o Governador sancionar, pode vetar e pode voltar para cá de novo. E eu estou cansado de ser chamado por Prefeito, de ser solicitado por Prefeitos, especialmente da Região Metropolitana, de que nós estamos aqui retardando a aprovação desse orçamento.

Então, eu faço um apelo à Bancada do PDT, a Bancada do PDT já está definida que vai retirar todas as suas emendas para que o orçamento possa ter o andamento mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PFL com a palavra.

(Declina).

PTB com a palavra.

(Declina).

PRN com a palavra.

(Declina).

PL com a palavra.

(Declina).

PT com a palavra.

(Declina).

PMDB com a palavra.

(Declina).

PSDB com a palavra.

(Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Caíto Quintana, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando um Senhor Deputado para compor a Comissão Especial que visa acompanhar os assuntos referentes à prestação de serviços de saúde nos Hospitais de Antonina e Matinhos. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoia-

do. A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, com apoio dos Senhores Deputados Algaci Túlio e Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando preferência para discussão e votação do Projeto de Lei n. 289/90. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando preferência de votação aos Projetos de Lei ns. 77/90, 220/90 e 277/90, constantes da Ordem do Dia de hoje em 2.<sup>a</sup> discussão. Aprovado.

Antes da votação o Senhor 1º Secretário procederá à leitura de uma manifestação da Mesa a respeito do Orçamento e da revisão orçamentária que estão sendo votados por esta Casa. É o pensamento da Mesa e representa a verdade, por isso mesmo esta Presidência que apresentou emendas ao Projeto que possivelmente será votado na segunda-feira não vai retirar suas emendas, porque não admite que se vilipendie o Poder Legislativo através de insinuações maldosas ou de intrigas.

O Senhor 1º Secretário vai proceder à leitura do pronunciamento da Mesa e solicita a atenção dos Senhores Deputados.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra pela ordem o Deputado José Rogério.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, gostaria de usar um minuto só da Liderança do PSDB para apelar à Casa, aos nobres Parlamentares que apresentaram emendas ao Projeto, à Mensagem n. 262/90. Nós, na condição de relator, temos

que reafirmar, endoçar as palavras do nobre Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira no sentido de que os vinte e um Deputados que apresentaram emendas, retirem essas emendas. Esse apelo é no sentido de que rapidamente esta Casa aprove esta Mensagem, que esse Projeto tenha sua tramitação mais rápida possível, e que o Executivo tenha dentro dos próximos dias essa autorização no seu Governo. Isso quer dizer no seu pensamento, Senhor Presidente, de que esta Casa ficaria preservada das acusações de todo aparato governamental, até o funcionário de 3º e 4º escalão, hoje, justifica que não tem verba porque a Assembléia Legislativa não aprovou a suplementação de verba do Governador do Estado, do orçamento. Então, apelo a todos os companheiros que se sensibilizem pela nossa idéia. Nós estamos trabalhando dia e noite na análise das emendas, mas cremos que essa seja uma postura correta e que o Poder Legislativo seja respeitado, que por isso não seja mal-falado pelo Executivo e outros órgãos que estão já comentando, e setores interessados em receber recursos do Governo também já estão usando deste mesmo artifício contra esta Casa.

Agradeço a oportunidade, Senhor Presidente.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, quero discordar do Deputado José Rogério que não se trata de campanha difamatória com relação ao Parlamento com votação à suplementação de verba para o orçamento do Estado. Na verdade os Prefeitos de todos os Partidos, independente de sigla partidária estão necessitando de recurso. A máquina de iniciativa Estadual está parada. Não se tem gasolina para a Polícia, não se tem nada. Concorro com o Deputado José Rogério, quero concordar com o Deputado Algaci Túlio, há que haver uma compreensão da Casa e que os Parlamentares retirassem suas emendas para que nós votemos com urgência o orçamento, caso contrário quem está hoje denegrindo o Parlamento são exatamente os próprios Prefeitos que estão a buscar recursos do Estado e sem condições de o Estado repassar.

O SR. PAULO FURIATTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente Anibal Khury e Sr. 1º Secretário Deputado Tadeu Lúcio Machado, que neste instante dão o esclarecimento fundamental e necessário para que o posicionamento do Legislativo paranaense fique claro junto à população das suas responsabilidades.

Nós, pelos relatos e pelos conhecimentos, porque acompanhamos aqui na Assembléia Legislativa os encaminhamentos, já tínhamos o conhecimento de que o orçamento

foi apreciado e convertido em lei em dezembro do ano passado.

A Assembléia ainda prevendo a inflação permitiu uma revisão até o mês de junho deste ano. O Executivo em função da inflação e usando um dispositivo aprovado pelos Srs. Parlamentares, pediu suplementação, inclusive para pagamento de pessoal e encargos da dívida estadual que se tornou lei por vontade dos Srs. Parlamentares no mês de março deste ano.

Novas mensagens foram enviadas entre 19 e 28 de março, porém com pedidos que não se enquadravam no rito da nova Constituição.

Em 18 de abril, portanto um mês atrás o Executivo aceitando a decisão da Assembléia, de que existe uma Constituição Estadual, de que existem compromissos do Executivo para com a Assembléia, não por vontade dela, mas por vontade exclusiva da Constituição, enviaram mensagens que dentro de todos os trâmites estão sendo votadas e que serão votadas.

O que chama a atenção é de que em determinados instantes, perante a opinião pública, nós Deputados éramos cobrados por setores interessados até em receber pagamentos que estavam bloqueados como se nós Deputados Estaduais estivéssemos com a má vontade de aprovar o orçamento e isto de certa forma, permeado no meio da sociedade civil do Paraná, passamos nós, Deputados, além de toda a campanha que existe, a sermos considerados irresponsáveis porque não aprovávamos o orçamento quando, na realidade, Sr. Presidente, Sr. Secretário, estes esclarecimentos que V.Exas. dão hoje deixam claro e patente de que, no momento em que Executivo se estabeleceu a colocar-se perante a lei e a Constituição, os Srs. Deputados aprovam o orçamento conforme a vontade do Executivo.

Nós Deputados Estaduais, membros do Parlamento, temos que ter a responsabilidade constitucional num País em que diariamente vemos a Chefia Maior da Nação desrespeitando a toda hora e a todo momento a Constituição deste País, e um País em que o Chefe maior desrespeita a Constituição vira uma "república de banana", "republiketa", assim como ocorreu ontem quando o Presidente Fernando Collor de Mello coloca impostos inconstitucionais à boca, à revelia do conjunto dos entendimentos nacionais e à noite verifica, durante toda essa incompetência que está instalada no Palácio do Planalto, que não pode empurrar goela abaixo e aí vem e revoga medidas que não sobreporiam.

É o Parlamento que vai ter a responsabilidade de segurar a democracia porque as vontades próprias, quando os governantes se esquecem de que o governo é público e pensam que estão gerindo as suas empresas

particulares, nós corremos o risco terrível de amanhã começarem passeatas para se instalar neste País, uma ditadura para que então os problemas do povo sejam resolvidos.

E aqui no Paraná não pode ser diferente, e nós, Srs. Parlamentares, não fizemos nada mais nada menos do que cumprir a Constituição; e se a Constituição está sendo cumprida, é muito mais pela vontade do Parlamento apesar da campanha difamatória do que pela vontade de alguns que tentam empurrar medidas que não condizem com a questão democrática neste País.

Parabéns à Mesa Executiva que dá este esclarecimento. E, para finalizar, nós devemos ter um compromisso, o compromisso de que nada deve ficar sem resposta; aquilo que for responsabilidade, assumamos, mas aquilo que não for de responsabilidade que seja dito ao povo para que o povo entenda a importância do Parlamento.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Secretários, Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. HAROLDO FERREIRA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu queria, em nome da bancada do PSDB, concordar literalmente com as palavras do nobre Deputado Paulo Furiatti a respeito da nota emitida pela Executiva da Casa neste momento crucial da política paranaense quando nós vemos o Poder Executivo querendo jogar para cima da Assembléia Legislativa a responsabilidade pela sua incompetência administrativa, pela sua incompetência no sentido de arrecadar impostos, pela sua incompetência no sentido de distribuir uniformemente à população esses impostos arrecadados e principalmente pela sua incompetência no sentido de encaminhar uma administração que seja acima de tudo justa e democrática.

Em nome de todos esses equívocos que estão ocorrendo no Paraná que eu tinha feito da tribuna desta Casa uma proposta de aprovarmos o orçamento sem emendas para que o próprio Executivo assumisse as suas irresponsabilidades e as suas incompetências. Mas, entendo também que é uma das prerrogativas deste Parlamento emendar a Lei do Orçamento e, desde que esta Casa abdique desta sua prerrogativa, eu concordo com a definição da Casa. Mas, em meu nome, pessoalmente, eu gostaria de dizer agora: nós temos que defender o Poder Legislativo, não estou aqui para defender Deputados, nem mesmo defender o Deputado Haroldo Ferreira porque provavelmente nem serei candidato à reeleição, mas entendo de fundamental importância a sustentação do Poder Legislativo como um instrumento básico de preservação da democracia que aqui no Paraná, neste último Governo, nes-



tes últimos três anos, através de um processo autoritário do Executivo, vem denegrindo a imagem do próprio processo democrático no Paraná. E eu temo, Sr. Presidente, que o mesmo possa ocorrer, porque o perfil do chefe de plantão do Executivo daqui do Paraná é o mesmo do Chefe do Executivo da União e tenho medo que isto possa ocorrer, dentro dos próximos meses, também a nível nacional.

Por isto que vamos começar aqui no Paraná uma luta em defesa do Poder Legislativo! Não a defesa dos Deputados; porque cada um deve responder por si mesmo perante a população do Paraná.

Era isto, muito obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A bancada do PT não apresentou nenhuma emenda nesta revisão orçamentária, nestas leis do Orçamento. No entanto, não concordo com alguns argumentos alegados aqui por nobres Parlamentares, colegas. Este Parlamento, em nenhum momento, aliás, até agora foi, espero que de agora em diante não seja, não podemos nos considerar prisioneiros do Poder Executivo. Se as emendas apresentadas pelos Deputados Antônio Annibelli, Werner Wanderer, ou quem quer que seja, se o mérito não serve para nós temos que derrubá-las. Temos que votar contra.

Agora, simplesmente reprimir os colegas para que retirem as emendas, só para jogarmos a responsabilidade em cima do Poder Executivo, é uma omissão que não aceito. Recebemos uma delegação das urnas para apreciar o mérito de todas as matérias que aqui circularem, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não podemos nos omitir e dizer que o Poder Executivo vai ter que assumir a responsabilidade pelos erros que está cometendo. O Executivo vai ter que assumir a sua parte, que é executar as leis que fizermos.

Sou favorável a que apreciemos o mérito de todas as emendas. Se não são convenientes, se não servem, se atrapalham, vamos derrubá-las, como fizeram com as minhas emendas durante três anos e meio; achavam que não serviam e derrubaram. Como agora vamos retirar só para jogar a culpa no Poder Executivo? Vamos assumir a nossa responsabilidade e vamos exigir que o Executivo assumam a sua.

Sou favorável a esta proposta, apesar que não apresentei nenhuma emenda porque achei que não era necessário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente,

apenas para consultar a Mesa se há possibilidade de V.Exa. nos fazer passar às mãos uma cópia da nota oficial da Mesa, até porque algumas considerações feitas por Parlamentares não gostaríamos de polemizar neste instante, mas gostaríamos da cópia da nota oficial para que em posteriores debates, ou acusações, pudéssemos traduzir a versão do fato.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - A Mesa encaminhará, com muita satisfação, a decisão da Mesa. Bem como comunica que está remetendo este pronunciamento a todos os Prefeitos e Vereadores do Estado do Paraná e a todas as instituições, empreiteiros, para que fique caracterizado que a culpa não cabe ao Poder Legislativo.

O SR. LUCIANO PIZZATTO - Sr. Presidente, questão de ordem. Assentimento.

Gostaria de, rapidamente, parabenizar a Mesa por este pronunciamento, especialmente porque tenho certeza que todos os nobres Deputados dedicaram horas e horas do seu tempo trabalhando, estudando, analisando o orçamento e aprovando o seu orçamento original em dezembro, posteriormente as mensagens de suplementação que vieram em março. Sinto uma imensa injustiça no momento em que os Deputados estão sendo cobrados de uma situação a qual, com a absoluta certeza, não temos participação.

Gostaria somente de ressaltar o número que foi trazido hoje pela Secretaria de Planejamento e que consta desta declaração da Mesa, o número da situação financeira do Estado do Paraná até o dia 31 de abril, o fluxo financeiro até o dia 31 de abril no Estado do Paraná, considerando todas as fontes de recursos, foi de 25 bilhões e 300 milhões. E as despesas efetivamente realizadas até o dia 31 de abril, foi de 25 bilhões e 500 milhões. Conseqüentemente, não existe sequer saldo em caixa ou disponibilidade financeira para cumprir o Orçamento já aprovado até o momento. E estamos imputando uma responsabilidade que não é devida.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Eu queria dirigir ainda algumas palavras ao Deputado Algaci Túlio. E atenção, Srs. Deputados.

O Governo mandou, em Mensagem anterior, uma Mensagem para que fosse destinado 121 milhões, 670 mil cruzeiros para a SANEPAR aplicar no Programa PIRMIC, na Região Metropolitana. E nesta Mensagem, por incapacidade ou por omissão, não foi tratado deste assunto. Estou, e apresentei emenda neste sentido, restabelecendo a verba necessária para que a Região Metro-



politana fosse premiada com o Programa PIRMIC. É um erro, uma omissão, mas que temos que considerar, porque houve, por parte do Governo, negligência nesse sentido.

O Sr. 1º Secretário, Deputado Tadeu Lúcio Machado, apresenta o seguinte requerimento: "O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais..."

É mais uma contribuição desta Assembléia. Esses projetos deverão ser encaminhados, se o Plenário aprovar esse requerimento, ainda na sessão de hoje à sanção governamental.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, faço um apelo, então, à Mesa que diante deste esclarecimento feito hoje no Plenário, que seja dada a devida divulgação. Porque não adianta ficar aqui entre quatro paredes e lá fora não termos o respaldo da imprensa. É isto que nos preocupa, e tenho a impressão de que aos demais Parlamentares também.

Gostaria então de fazer um apelo para que isto aí tivesse a devida publicidade para que pudéssemos deixar bem clara a situação do que se está fazendo aqui nesta Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeitamente. Nós providenciaremos.

De conformidade com os requerimentos de preferência de discussão e votação de autoria dos Srs. Deputados Valderi Mendes Vilela e Caíto Quintana, acima aprovados:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 289/90, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, que altera a lei nº 7297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná) e adota outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

Sobre o projeto, há várias emendas e serão encaminhadas ao Poder Judiciário como sugestão, e ainda do Deputado Nereu Massignan, duas emendas que serão encaminhadas como sugestão.

Em discussão o projeto. Em votação. - Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 77/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 09/90), que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos suplementares ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei 9173, a conta de receitas de Recolhimento Centralizado, até o valor de NCz\$ .. 3.561.194.768,00, a fim de atender despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo, da Administração Direta e Indireta. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. - Aprovado, arti-

go por artigo.

# COMISSÃO GERAL

## PROJETO DE LEI Nº 77/90

### P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo da mensagem governamental nº 09/90, objetiva autorizar o Poder Executivo a abrir crédito suplementar no valor de Crz\$ ..... 3.561.194.768,00, destinado exclusivamente ao atendimento de despesa de pessoal e encargos sociais do Poder Executivo.

A iniciativa esclarece que a fonte de recursos para a cobertura do referido crédito é decorrente do saldo de receita existente na Lei Estadual nº 9173, de 27.12.89, sendo que o valor solicitado atenderá parte das necessidades de dispêndios com pessoal e encargos sociais advindos principalmente do processo inflacionário acelerado e de fatos consumados na data-base de aumento do funcionalismo público.

Procedida a análise do presente projeto de lei, esta Comissão geral dá seu parecer FAVORÁVEL à alteração dos limites de créditos fixados pela Lei nº 9173, de 27.12.89, opinando pela APROVAÇÃO do plano de lei em tela, nada encontrando que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

É o Parecer, S.M.J.

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

EDUARDO BAGGIO - Relator

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 220/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 81/90), que aprova um crédito especial no valor de até Cr\$ 26.083.245,00 para permitir a transferência orçamentária das dotações da atividade Programação a cargo da Fundação Rádio e Televisão do Paraná, da Secretaria de Estado da Comunicação Social para a Secretaria de Estado da Cultura. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 277/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 94/90), que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos suplementares ao vigente Orçamento do Estado, até o valor de NCz\$ 15.351.332.451,00, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. - Aprovado, artigo por artigo.

Os projetos serão encaminhados hoje à sanção governamental.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 132/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 62/90), que institui a FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, com sede e foro na cidade de Guarapuava. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 24, de 22.03.90).

4.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 260/89, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que autoriza o Governo do Estado a vender as residências oficiais, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. COM EMENDAS DE PLENÁRIO.

Em votação o Projeto. - Aprovado.

Em votação a emenda, já aprovada em

3.<sup>a</sup> Discussão. - Aprovada.

O projeto irá à Redação Final.

4.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 242/90, de autoria do Deputado VALDERI MENDES VILELA, que autoriza o PODER EXECUTIVO a criar a FACULDADE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E LETRAS DE BANDEIRANTES. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. COM EMENDAS DE PLENÁRIO.

Há emenda de 3.<sup>a</sup> Discussão.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, o Projeto que Vossa Excelência está anunciando é o de n° 242/90?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 242/90.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Ele está em Quarta Discussão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Há uma emenda aprovada em 3.<sup>a</sup> Discussão.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) (Lê Emenda ao Projeto de Lei n° 242/90).

Emenda. Aprovada.

O projeto irá à Redação Final.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 169/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que cria o Município de IRACEMA, com território desmembrado do Município de Formosa do Oeste, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Com EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO.

Emenda - Aprovada.

Projeto - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 401/89, de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que cria o Município de ENTRE RIOS DO OESTE, com território desmembrado do Município de Mal. Cândido Rondon, com sede

na localidade do mesmo nome e divisas que específica. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO.

Emenda Substitutiva Geral - Aprovada.

Projeto - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 406/89, de autoria do Deputado LINDOLFO JÚNIOR, que padroniza as placas indicativas de obras do Estado e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. - Aprovado.

Fica portanto, retirado da Ordem do Dia, o Projeto de Lei n° 406/89, por 10 (dez) sessões.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 267/90, de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de PATO BRAGADO, desmembrado do município de Mal. Cândido Rondon, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 281/90, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itapejara d'Oeste, os lotes que específica, para implantação do Projeto Piloto de Construção de Habitações Populares à população de baixa renda. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 282/90, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEAO, que autoriza o Poder Executivo a permutar área de terreno de sua propriedade, pela área de terreno de propriedade do IPE, localizadas no Município de Curitiba e doar à Fundação Cardíaco - Fundação de Amparo e Pesquisa em Doenças Cardiovasculares, área de terreno localizada à Rua Arthur Bernardes, nesta Capital, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 55/90, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que autoriza a realização de plebiscito na área que específica, no Município de Mal. Cândido Rondon, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de QUATRO PONTES, desmembrando-o de Mal. Cândido Rondon. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. - Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 349/88, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem nº 132/88), que objetiva autorizar o Poder Executivo a, mediante prévia avaliação e preenchimento das demais formalidades legais, alienar os bens imóveis onde se acha instalada a Prisão Provisória de Curitiba, sita à Avenida Anita Garibaldi, 750, e que compreendem duas áreas conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., por unanimidade; C.O.P.T.C. e C.S.P., por maioria.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário em número de quatro, de autoria de diversos Srs. Deputados, nos seguintes termos. (Lê):

PROJETO DE LEI Nº 349/88

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO

O Projeto de Lei nº 349/88, oriundo da Mensagem Governamental nº 132/88, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante prévia avaliação e preenchimento das demais formalidades legais, alienar os bens imóveis onde se acha instalada a Prisão Provisória de Curitiba, sita à Avenida Anita Garibaldi, nº 750, e que compreendem duas áreas, sendo uma de 42.000m², devidamente transcrita sob nº 5864, no Livro 3-C, em 23 de março de 1908, no Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Curitiba e outra de aproximadamente 11.950m², compostos de 25 lotes da Vila Domitila, devidamente transcrita sob nº 7365, no Livro 3-G, em 14 de maio de 1937, no Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição da Comarca de Curitiba, com as benfeitorias nelas existentes.

§ 1º - Em conformidade com o artigo 4º, inciso I, § 1º da Lei Federal nº 6766, de 19 de dezembro de 1979, fica o Poder Executivo autorizado a doar 35% (trinta e cinco por cento) da área total, incluindo a edificação, para a Prefeitura Municipal de Curitiba.

§ 2º - A edificação onde está instalada a Prisão Provisória Curitiba, incluída na área a ser doada, conforme específica o parágrafo anterior, deve ser preservada em função do seu valor histórico.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a desativar a Prisão Provisória de Curitiba para os efeitos desta lei, ficando desafetados os mencionados bens imóveis de ser uso especial de estabelecimento prisional.

Art. 3º - Os recursos provenientes da alteração de que trata a presente lei serão destinados para a edificação de estabelecimentos prisionais em outras localidades do Estado.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.05.90.

(a) RUBENS BUENO.

Apoiamento: LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, VALDERI MENDES VILELA, PEDRO TONELLI, ERONDY SILVÉRIO e ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

O Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC realizou estudos de alternativas de reutilização da área onde hoje se localiza a Prisão Provisória de Curitiba.

A Resolução nº 007/90 da Diretoria Executiva daquele órgão de planejamento da nossa Capital consolida uma forma de reaproveitamento da referida área. Isto inclui a doação de 35% da área total para a Prefeitura Municipal, destinada à reurbanização da região, conforme a Lei Federal nº 6766, de 19.12.79, que trata do uso do solo urbano.

Como o projeto de lei original não atende à necessidade de destinar-se este percentual da área total para uso da Prefeitura Municipal, fazemos a presente emenda substitutiva com o propósito de corrigir esta falha.

Por outro lado, considerando o valor histórico do prédio que atualmente é utilizado como presídio, entendemos de incluir parágrafo que preserva a referida edificação.

Aproveitamos também para precisar a finalidade dos recursos provenientes da alienação dos referidos bens imóveis. Devem os mesmos ser destinados para a construção de novos presídios, localizados no interior do Estado.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 4

AO PROJETO DE LEI Nº 349/88

Acrescente-se ao Projeto de Lei nº 349/88, o seguinte artigo:

"Art. - A alienação do imóvel descrito no art. 1º deverá ser efetuada mediante a entrega, pela empresa vencedora da licitação, de pelo menos dois estabelecimentos prisionais no Estado do Paraná, com capacidade de internação superior à atual em 100% (cem por cento) em locais previamente determinados pela administração pública, construídos de acordo com modernas técnicas para estabelecimentos do gênero, de forma a possibilitar o máximo de segurança com a oferta de espaços e equipamentos capazes de proporcionar condições de vida digna e a consequente recuperação dos apenados.

§ 1º - O atendimento dos requisitos deste artigo é condição para emissão de posse do imóvel alienado;

§ 2º - É condição para participação da licitação, a apresentação de projetos de construção dos novos estabelecimentos."

Sala das Sessões, em 16.05.90.

(a) PEDRO TONELLI

Apoiamento: VALDERI MENDES VILELA  
RUBENS BUENO, NEREU CARLOS MASSIGNAN,  
PAULINO DELAZERI e 1 ilegível.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 2

Inclua-se onde couber:

"Art. - parte do produto da venda deste imóvel será destinada à construção imediata do novo presídio, na cidade de Maringá, hoje instalado no Bairro do Mandacaru.

Sala das Sessões, em 16.05.90.

(a) FERRARI JÚNIOR

Apoiamento: HERMAS BRANDÃO,  
LUCIANO PIZZATTO, ALGACI TÚLIO e  
EDUARDO BAGGIO.

#### EMENDA AO PROJETO DE LEI N° 349/88

Inclua-se onde couber, o seguinte artigo e parágrafos:

"Art. - Fica o Poder Executivo autorizado a, pela via jurídica adequada, promover a municipalização ou privatização das unidades sociais da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR, ficando a critério do município assumir ou não essas Unidades.

§ 1° - Para os fins deste artigo, fica ainda o Poder Executivo autorizado a alienar bens móveis e imóveis da FASPAR, utilizados pelas Unidades que vierem a ser municipalizadas ou privatizadas, bem como a regularizar a situação funcional do pessoal vinculado às mesmas.

§ 2° - As alienações previstas neste artigo deverão ser gravadas com cláusulas de inalienabilidade, de impenhorabilidade e de reversão ao patrimônio do Estado, dos bens imóveis alienados, no caso de desvirtuamento de suas finalidades sociais".

Sala das Sessões, em

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

Apoiamento: CAÍTO QUINTANA.

#### JUSTIFICATIVA:

A proposição objetiva desconcentrar e descentralizar as atividades assistenciais, hoje a cargo exclusivo do Estado, para, distribuindo-as também a municípios e entidades privadas, proporcionar um melhor e mais ágil atendimento à prestação dos serviços da área de ação social, pois estar-se-á com isso, contribuindo no sentido de uma proximidade dos órgãos públicos e instituições assistenciais particulares com os problemas dos assistidos, inclusive possibilitando maior fiscalização e eficiência na aplicação de recursos a esse fim destinados.

O SR. RUBENS BUENO - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra Pela Ordem.

O SR. RUBENS BUENO (Para encaminhar) - Somente para levar ao conhecimento da Casa, que após a manifestação do Deputado Caíto Quintana, foi possível voltar à discussão no Plenário, deste importante projeto, que trata da alienação dos Bens e Imóveis, onde está instalada a situada a Prisão Provisória do Ahú de Curitiba.

Depois dos estudos realizados, junto com a Prefeitura de Curitiba e o IPPUC, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano, foi possível chegar a um denominador comum, onde não só coloca claramente as questões de registro de localização e numeração desses lotes, como também no seu parágrafo 1°, a questão da doação de trinta e cinco por cento desta área, para a Prefeitura Municipal de Curitiba atendendo a dispositivos da Lei Federal n° 6766, de 19 de dezembro de 1979. Em outro parágrafo, nós estamos levando à apreciação neste Substitutivo Geral, que está a edificação onde a área doada à Prefeitura de Curitiba, estará também a atual edificação da prisão provisória e que a Prefeitura, terá como de sua parte a preservação em função do seu valor histórico.

Ainda esta área passa a ser desafetada legalmente, ou seja, a partir desta lei, poderá naquela área ser construídos prédios residenciais. E ainda no último artigo, está sendo prevista, que a edificação, que os recursos provenientes da alienação que trata esta lei, serão destinados especialmente, para edificações de estabelecimentos prisionais do Estado.

Ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para conhecimento da Casa, um último cuidado foi tomado que é exatamente saber do departamento de patrimônio histórico do Estado, sobre a exata localização e também o número de metragem correspondente a esta área. E nós recebemos o parecer através da Informação n° 150/90CPE, protocolado sob. n° 756/380/9, onde nós recebemos a seguinte informação: (Lê parecer à emenda ao Projeto n° 349/89)

Diante disso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu acho que as informações estão completas, de acordo com a vontade desta Casa, em dar mais esta colaboração, em virtude da exigência da população de Curitiba em ver, definitivamente, transferido esta prisão provisória de Curitiba para outra área, beneficiando assim, o crescimento e a urbanização desta área.

Era o que tinha, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Substitutivo. Tem a palavra o Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI (Para encaminhar) - Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu também estou apresentando uma emenda, como

a emenda do Deputado Rubens Bueno, que é de mérito louvável. A minha emenda diz o seguinte: (Lê emenda).

Eu estou apresentando esta emenda, por que Sr. Presidente e Srs. Deputados? É para colocar na lei. É uma lei com a qual eu concordo. Para colocar na lei a bela justificativa colocada no parecer da Comissão de Finanças, Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações. O Parecer diz o seguinte: (Lê parecer).

Diante do exposto, o nosso Parecer é Favorável, diz a Comissão de Finanças de Obras e de Telecomunicações.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu quero esclarecer que o que está dito aqui na justificativa do Parecer da Comissão, eu estou transformando para que fique na lei, e nós gostaríamos que se assegurasse isso, senão vai ficar simplesmente no parecer e daí, de repente, a ordem que está contemplada numa justificativa poderá ser esquecida, e se ela estiver contemplada no corpo da lei, de maneira nenhuma, o que for proveniente da venda do Ahú não poderá de maneira alguma ser destinado, a não ser desta forma, com a garantia de que nós teremos duas unidades penitenciárias novas, com o dobro da capacidade que temos hoje, no Estado do Paraná, pré-determinado pelo Poder Público, conforme já está no corpo da lei.

Então, por isso, Sr. Presidente, gostaríamos que todos os Srs. Parlamentares apreciassem e aprovassem, tanto a emenda do Deputado Rubens Bueno quanto a minha, porque elas vêm amarrar e assegurar a lei, aquilo que está dito nos argumentos que são compreensíveis e justificáveis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Emenda Substitutiva do Deputado Rubens Bueno, a Emenda do Deputado Pedro Tonelli, Emenda do Deputado Tadeu Lúcio Machado, e do Deputado Ferrari Júnior.

A Emenda Substitutiva Geral será votada primeiro, de acordo com o Regimento. Aprovada a emenda do Deputado Rubens Bueno, as demais estarão prejudicadas.

Os Srs. Deputados que aprovam a emenda do Deputado Rubens Bueno, queiram conservar-se como estão. - Aprovada.

Prejudicadas as demais emendas.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 23/90, de autoria dos Deputados NAMIR PIACENTINI e NILTON BARBOSA, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Assis Chateaubriand, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de ENCANTADO DO OESTE. EM REGIME DE URGÊNCIA. Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de autoria dos

Srs. Deputados Namir Piacentini e Nilton Barbosa, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

#### EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO

AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 23/90

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito o Município de ENCANTADO DO OESTE, com território desmembrado do município de Assis Chateaubriand, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas assim especificadas:

"Começa no Rio Piquiri, na foz do Rio Encantado, sobe por este até a foz do Rio Barreiro, pelo qual sobe até encontrar a linha de divisa dos lotes 254- 255 da Colônia Pindorama - Peruíbe, seguindo pela referida divisa rumo Noroeste até encontrar a divisa dos lotes 293-294 da mesma Colônia, atingindo aí o Rio do Peixe pelo qual desce até o cruzamento da Estrada Encantado - Palotina, deste ponto segue sentido Oeste até o cruzamento com o Rio São Pedro e por este abaixo até a divisa da Fazenda Britânia, segue por esta divisa rumo Sul-Norte até a nascente do Córrego ou Sanga Ariranha, desce por esta até a sua foz no Rio Piquiri, sobe por este até a foz do Rio Encantado, ponto de partida."

#### MEMORIAL DESCRITIVO

DO PERÍMETRO URBANO DO

MUNICÍPIO DE ENCANTADO DO OESTE

"Tem como ponto inicial e final o Ramal Arapongas na divisa da chácara 330. Do ponto inicial segue pela divisa das chácaras 330 e 184, até o Ramal Arara, segue por este até a divisa das chácaras 356 e 108, segue por esta divisa e depois pela divisa das chácaras 355, 354, 353, 352, 351, 350, 349 e 348, até o Ramal Arapongas, segue por este até a divisa da chácara 330, ponto inicial e final."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.05.90.

(aa) NAMIR PIACENTINI

NILTON BARBOSA

Apoiamento: NEIVO BERALDIN, ALGACI TÚLIO, QUIELSE CRISÓSTOMO e 1 ilegível.

Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emenda. - Aprovada.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 37/90, de autoria do Deputado Sabino Campos, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Toledo, para que a população decida sobre a criação do Município de Vila Nova. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DE ASSEMBLÉIA. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 37/90

## PARECER:

O Projeto de Resolução em tela, de autoria do Nobre Deputado Sabino Campos, visa autorizar a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Toledo, para que a população decida sobre a criação do Município de Vila Nova.

Sob o aspecto legal e constitucional, não há óbice para a normal tramitação deste, pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Chamada a opinar esta Comissão Geral, manifesta-se FAVORAVELMENTE a medida ora proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 15.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

DIRCEU MANFRINATO - Relator.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 38/90, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Santa Isabel do Ivaí, para que a população decida sobre a criação do Município de Santa Mônica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado, artigo por artigo.

## COMISSÃO GERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 038/90

## PARECER:

O presente projeto de resolução de autoria do nobre Deputado Antônio Annibelli tem por finalidade autorizar a realização de plebiscito na área que especifica no Município de Santa Isabel do Ivaí, para que a população decida sobre a criação do Município de Santa Mônica.

O projeto de resolução em tela atende ao disposto no Art. 19 § 1º, II, da Constituição Estadual não existindo óbice de natureza constitucional legal ou regimental que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 15.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

EDUARDO BAGGIO - Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de lei n° 16/90, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que assegura a colocação de balanças de precisão na saída dos caixas de supermercados. (Publ. no D.A. n° 02 de 19.02.90.).

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luciano Pizzato, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei N° 16/90. Aprovado. Fica portanto, retirado da Ordem do

Dia o Projeto de Lei n° 16/90 por 10 (dez) sessões.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 44/90, de autoria do Deputado JOAO ARRUDA, que denomina RICIERI CELLA a Rodovia PR-475, ligando os Municípios de Francisco Beltrão a Verê. EM REGIME DE URGÊNCIA. - (Publ. no D.A. n° 03, de 20.02.90).

Sobre o referido projeto, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

## COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 44/90

## PARECER:

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado João Arruda, tem por finalidade denominar Ricieri Cella a Rodovia PR-475, ligando os Municípios de Francisco Beltrão e Verê.

Não havendo óbice de natureza legal e constitucional que impeça a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis, esta Comissão Geral chamada a opinar, manifesta-se favoravelmente à medida ora proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 16.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator.

Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 45/90, de autoria do Deputado JOAO ARRUDA, que concede pensão de dois salários-mínimos para a viúva do Sr. Antônio de Paiva Cantelmo, ex-Prefeito de Francisco Beltrão. EM REGIME DE URGÊNCIA. - (Publ. no D.A. n° 03, de 20.03.90).

Sobre o referido projeto, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos.

## COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 45/90

## PARECER:

De autoria do nobre Deputado João Arruda, o presente plano de lei visa conceder pensão de dois salários-mínimos à viúva do Sr. Antônio de Paiva Cantelmo, ex-Prefeito de Francisco Beltrão.

A medida consubstanciada no projeto de lei em tela, é justa e de alto cunho social e humanitário. Além disso, não encontra esta Comissão Geral, óbice legal ou constitucional ao mesmo.

Nestas condições, é o nosso Parecer Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 16.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 49/90, de autoria do Deputado Hermas Bran-

dão e outros, que dispõe sobre a reserva, nos fóruns, presídios e delegacias de polícia, de dependências destinadas à Ordem dos Advogados do Brasil, em função do exercício da atividade profissional. (Publ. no DA. n° 03 de 20.03.90).

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 49/90, por três (03) sessões. Aprovado. Fica portanto, retirado da Ordem do Dia, o Projeto de lei n° 49/90 por 3 (três) sessões.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 104/90, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que dispensa o requisito referente a idade, quando da habilitação para concurso público no Estado, os servidores estaduais que exerçam cargo em comissão por mais de quatro anos consecutivos ou não. (Publ. no DA. n° 07 de 07.03.90).

Discussão. Votação. Aprovado.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Justificativa de voto) - Sr. Presidente, nós votaremos a favor no dia de hoje nos reservando porque nos parece que o referido Projeto de Lei n° 104/90, entra em confronto com Dispositivos Constitucionais.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 270/90, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que concede à Sra. Ignês Picollo de Oliveira, viúva do ex-Prefeito de Andirá, Sr. Mauro Cardoso de Oliveira, pensão mensal no valor de dois salários-mínimos. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 43, de 24.04.90).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 276/90, de autoria do Deputado NAMIR PIACENTINI, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de RANCHO ALEGRE D'OESTE, desmembrado do Município de Goioerê, com as divisas que especifica.- Aprovado. (Publ. no D.A. n° 45, de 25.04.90).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 285/90, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO E OUTROS, que obriga os órgãos da Administração Direta, Indireta, Fundações e Empresas de Economia Mista do Estado a encaminhar ao exame e aprovação da Assembléia todo e qualquer ato que implique em cessão, doação ou alienação, a qualquer título, de veículos, máquinas e equipamentos adquiridos para o seu uso ou cuja utilização deva ser por si administrada. - (Publ. no D.A. n° 49, de 08.05.90).

Em discussão. Em votação. Aprovado.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Justificativa de vo-

to) - Sr. Presidente, da mesma forma.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será anotado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 293/90, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que altera dispositivo da Lei que criou a Carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário. (Lei n° 7567, de 08.01.82).- Aprovado. (Publ. no D.A. n° 50, de 09.05.90).

O SR. NILTON BARBOSA - Sr. Presidente, Pela Ordem.

Solicito esta Presidência, se aprovado o requerimento de doação, da inclusão a Ordem do Dia, de um imóvel no município de Assis Chateaubriand. Pediria a gentileza dessa Presidência e que fosse incluído porque o município está querendo realizar uma obra lá e aguarda-se a doação do imóvel.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa tem recebido esses requerimentos e depois de aprovado coloca o projeto na Ordem do Dia depois de 48 horas a fim de que o pessoal técnico prepare. Amanhã será incluído na Ordem do Dia.

Sobre a Mesa, requerimento de n° 1317, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1306, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente.Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1314, de autoria do Sr. Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente.Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1315, de autoria do Sr. Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente.Aprovado. A Diretoria Legislativa.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela Ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença do prefeito de Tapejara, acompanhado do Presidente da Câmara, Antônio de Souza Santos e do Vereador e Diretor do Colégio Ferreira da Cruz.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para comunicar a Vossa Excelência e a este Plenário, que em cumprimento a determinação deste Plenário, da Comissão Especial formada na última segunda-feira, em companhia do Deputado Sabino Campos estivemos no dia de ontem representando este Poder em audiência com Sua Excelência o Senhor Ministro da Agri-



cultura, Antônio Cabrera, e a ele entregamos as reivindicações do Paraná que foram produzidas no Fórum de Debates realizado nesta Casa, sob o patrocínio da Comissão de Agricultura e do bloco agropecuário.

Aproveitamos também a oportunidade de, em estando em Brasília, Senhor Presidente, Senhores Deputados, para também representar este Parlamento na posse ao cargo de Diretor do Crédito Rural do Banco do Brasil, do nosso companheiro paranaense, Deputado Luiz Antônio Fayet, para o qual estamos aprovando agora um requerimento de louvor.

Então, em nome desta Casa estivemos ontem no Banco do Brasil, cumprimentando Luiz Antônio Fayet, também pela sua posse ao cargo de Diretor de Crédito Rural daquela importante instituição financeira.

Requerimento de n° 1321, de autoria do Senhor Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1333, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1309, 1310, 1311, 1312, 1313, de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1336, de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1307, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1308, de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1319, de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do

expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1320, de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1324, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1329, de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. À Comissão Executiva, para informar.

Requerimento de n° 1299, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, com apoio dos Senhores Deputados Nereu Carlos Massignan, e Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

A Comissão que irá visitar os hospitais de Antonina e Matinhos - Deputados Haroldo Barbosa, Cândido Bastos e Algaci Túlio.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 349/88, e dos Projetos de Resolução n°s 23/90, 37/90 e 38/90.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 44/90, 45/90, 104/90, 270/90, 276/90, 285/90 e 293/90.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 204/89, 264/89, 35/90, 43/90, 45/90, 47/90, 171/90, 195/90, 227/90, 264/90, 265/90 e 284/90.

Levanta-se a sessão.